

A EXPANSÃO TERRITORIAL DAS FACÇÕES CRIMINAIS E AS DISPUTAS PELO CONTROLE DO TRÁFICO DE DROGAS NO RIO GRANDE DO SUL

Tiaraju Salini Duarte

Universidade Federal de Pelota – UFPEL
Instituto de Ciências Humanas, Pelotas, RS, Brasil
tiaraju.ufpel@gmail.com

Antonio Lourence Kila de Queiroz

Universidade Federal de Pelotas – UFPEL
Instituto de Ciências Humanas, Pelotas, RS, Brasil
antoniokilaq@gmail.com

Eduardo Schumann

Universidade Federal de Pelotas – UFPEL
Instituto de Ciências Humanas, Pelotas, RS, Brasil
eduardoschumann01@gmail.com

Samuel de Jesus Cabral

Universidade Federal de Pelotas – UFPEL
Instituto de Ciências Humanas, Pelotas, RS, Brasil
samuel.gts10@gmail.com

RESUMO

O tráfico de drogas se estrutura tendo como um dos seus pilares a construção de cadeias logísticas multiescalares e, nesse contexto, o estado do Rio Grande do Sul ganha destaque no século XXI tendo em vista o crescimento dessa atividade por meio da ação de grupos organizados. Frente a isso, elencamos como objetivo geral da pesquisa analisar a expansão territorial das facções associadas ao tráfico de drogas no Rio Grande do Sul, buscando compreender as estratégias utilizadas por esses grupos para se inserir em áreas que extrapolam suas formações originárias. No que tange à metodologia, no primeiro momento, realizamos uma revisão bibliográfica; em seguida, optamos pela ferramenta metodológica hemerográfica, a qual centra-se em pesquisa documental por meio de levantamento e análise de materiais jornalísticos. Como resultado, podemos compreender que há no estado um processo de expansão de grupos organizados para municípios que estão além de suas áreas de referência, os quais representam não somente um mercado consumidor emergente, mas também pontos nodais de controle no processo logístico de distribuição dos entorpecentes. Ademais, identificamos na pesquisa três estratégias utilizadas pelas facções para se inserir em novos municípios: a faccionalização, a negociação e o conflito direto.

Palavras-chave: Facções. Tráfico de drogas. Rio Grande do Sul. Expansão territorial. Conflitos.

THE TERRITORIAL EXPANSION OF CRIMINAL FACTIONS AND DISPUTES FOR CONTROL OF DRUG TRAFFICKING IN RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT

Drug trafficking is structured with one of its pillars being the construction of multi-scale logistics chains, and, in this context, the state of Rio Grande do Sul stands out in the 21st century, given the growth of this activity through the action of organized groups. Faced with this, we have listed as the main goal of the research the analysis of the territorial expansion of factions associated with drug trafficking in Rio Grande do Sul, seeking to understand the strategies these groups utilize to insert themselves in areas that extrapolate their original formation. Regarding the method, in the first moment, we conducted a bibliographic review; then, we opted for the hemerographic methodological tool, which focuses on documentation research through survey and analysis of journalistic materials. As a result, we can understand that in the state, there is an expansion process of organized groups to municipalities that are beyond their reference areas, which represent not only an emerging consumer market but also connection points of control in the logistical process of narcotics distribution. Furthermore, we

identified in the research three strategies used by factions to insert themselves in new municipalities: factionalization, negotiation, and direct conflict.

Keywords: Factions. Drug Trafficking. Rio Grande do Sul. Territorial Expansion. Conflicts.

INTRODUÇÃO

Pesquisar sobre o tráfico de drogas ilícitas nos remete a compreender que existem diferentes interações com o espaço geográfico que compõem esse fenômeno, as quais são articuladas por meio de atores que operam em escalas distintas. Percebe-se, então, que as dimensões espaciais são atravessadas por múltiplas relações de poder. Machado (2009; 2011) destaca que a formação de redes ilegais que compõem/produzem o território do tráfico de drogas desenvolve-se através de estratégias que visam essencialmente o domínio espacial em prol de facilidades logísticas.

Nesse contexto, o território brasileiro apresenta-se como um dos principais *hubs* do mundo no que tange ao abastecimento de entorpecentes ilegais, o que faz emergir uma série de grupos organizados que objetivam angariar lucros por meio de práticas ilícitas. Historicamente, podemos compreender que as mudanças no processo de distribuição dos entorpecentes na América Latina dos anos de 1990 (STEIMAN, 2006), em conjunto com a presença de coletivos criminais¹ que estruturam essa atividade e a existência de uma base técnico-material do território (rodovias, aeroportos e portos), impulsionou um maior volume de entorpecentes, os quais serão destinados tanto ao mercado nacional como internacional.

As transformações de ordem técnica, logística e social do tráfico de drogas foram acompanhadas por mudanças operacionais das facções, as quais passaram a atuar no início do século XXI, no caso brasileiro, tanto na distribuição de entorpecentes no varejo dos bairros dos mais variados municípios como na logística de organização dessa atividade nas fronteiras com países produtores (MANSO; DIAS, 2018; ABREU, 2017).

Os estudos sobre esse assunto como, por exemplo, Abreu (2017); Manso e Dias, (2018); Machado (2000, 2009, 2011); Gemelli (2012); Adorno e Dias (2019); Couto e Souza Oliveira (2017); demonstram haver áreas de forte disputa no cenário relativo ao tráfico de drogas (como a bacia Amazônica e o limite fronteiro do Paraguai com o Brasil no estado de Mato Grosso do Sul e Paraná), as quais são caracterizadas pelo domínio de facções com maior poder e amplitude de ação no território nacional. Concomitante, nota-se que outras regiões brasileiras também ganharam destaque na última década no cenário do tráfico de drogas, tendo em vista o aumento do mercado consumidor.

Com essa premissa, podemos observar que no sul do Brasil, mais especificamente no estado do Rio Grande do Sul, nos últimos anos, existe um processo de organização dos grupos regionais que objetivam dominar o atacado e o varejo do tráfico de entorpecentes, expandindo-se não somente no interior de suas áreas originais, mas também para cidades de menor porte. Frente a essa problemática, elencamos como objetivo geral do presente artigo analisar a expansão territorial das facções associadas ao tráfico de drogas no estado do Rio Grande do Sul, buscando compreender as estratégias utilizadas por esses grupos para se inserir em áreas que extrapolam suas formações originárias.

Para atingir o objetivo desta pesquisa, dividimo-la metodologicamente em etapas: a primeira foi destinada a uma revisão bibliográfica. A segunda refere-se a coleta de dados, os quais foram levantados por meio da ferramenta metodológica hemerográfica. Salienta-se que tal abordagem busca construir uma análise minuciosa de informações veiculadas na mídia por meio de parâmetros pré-estabelecidos. Para tanto, optamos por construir um inventário de notícias divulgadas tanto no âmbito regional como estadual² (no recorte temporal de cinco anos) que possuíam no seu escopo as seguintes palavras-chave: tráfico de drogas, facções e apreensão. Assim, levantamos reportagens oriundas de diversas fontes jornalísticas, as quais foram categorizadas e analisadas individualmente; por fim, realizamos mapeamentos que evidenciam o fenômeno aqui estudado.

¹ Opta-se por trabalhar com nomenclaturas diversas para identificar grupos que praticam atividades ilícitas, sendo elas: coletivos criminais; grupos criminais e facções. Destaca-se que existe um grande campo de discussão teórica acerca dessas nomenclaturas, o qual não faz parte do escopo deste trabalho. Para informações detalhadas sobre esta temática, ver: Biondi (2010); Shimizu (2011), e Cipriani (2016; 2019).

² O recorte espacial utilizado baseou-se nas Regiões Imediatas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2023), sendo que dentro de cada uma elencou-se os jornais dos polos econômicos centrais.

Território(s) e tráfico de drogas: flexibilidade e integração

Compreende-se que o mundo do crime e, especificamente, o tráfico de drogas, possuem dinâmicas que produzem múltiplas territorialidades através do uso de uma série de estratégias. O conceito de território na presente pesquisa é compreendido por meio da análise de Souza (1995;2020), o qual estabelece que este é um espaço delimitado por e a partir de relações de poder que, no caso das atividades relacionadas às facções vinculadas à distribuição de entorpecentes ilícitos, são atravessadas por diferentes formas de abrangência espacial. Logo, o território, por excelência, é político, sendo caracterizado como uma arena de conflitos (CASTRO, 2005) na qual as relações de poder representam sua base estrutural.

Sendo o território uma arena de forças, uma das expressões dessa relação assenta-se nos acordos e conflitos construídos por coletivos criminais no interior de tais atividades, as quais são produzidas e rompidas em intervalos temporais variáveis. Esse movimento, para além de uma abstração teórica, manifesta-se de forma material nos bairros das cidades (varejo) e nas regiões fronteiriças brasileiras (Produção e Atacado) por meio da alternância de poder, reverberando de forma direta nos indicadores criminais.

A construção e o controle do tecido que envolve o universo do tráfico de drogas têm como uma de suas características a coligação entre atores na escala nacional e internacional (que planejam a produção e o atacado) e a ordenação local, ou seja, a materialização das decisões e a forma como cada grupo desenvolve meios para estabelecer sua hegemonia territorial. Essa perspectiva é analisada por Machado (2011) ao demonstrar a formação de dois circuitos que compõem as redes ilegais: o primeiro, vinculado à esfera das decisões que são tomadas distantes dos lugares e, o segundo, impresso na lógica local, nas relações que possibilitam a estruturação no terreno para o movimento dos fluxos.

Logo, há singularidades no processo Produção-Atacado-Varejo (P-A-V) que produzem adaptações territoriais pelos grupos envolvidos em toda a cadeia do tráfico de drogas, conforme apontam as pesquisas de Steiman (2006), Manso e Dias (2018), Machado (2003; 2011), Heber (2009), Kenney (2007), Bright e Delaney (2013). Estas dinâmicas que integram múltiplas escalas dos circuitos da ilegalidade podem ser observadas, por exemplo, na tentativa de facções criminais em expandir suas áreas de controle tanto no interior das cidades em que se originaram como para municípios geograficamente distantes.

As características expansionistas vinculam-se a múltiplos interesses, como a procura por novos mercados, a busca pelo domínio nodal do controle de entrada e saída de entorpecentes, o estabelecimento de parcerias estratégicas para o desenvolvimento da atividade, entre outros possíveis motivos. Esse movimento pode produzir rearranjos reticulares na escala local que transformam as dinâmicas territoriais das facções, edificando novos acordos e/ou conflitos diretos entre múltiplos atores.

A descrição dessa situação vai ao encontro dos apontamentos de Manso e Dias (2018), os quais demonstram que a expansão do Primeiro Comando da Capital (PCC) foi circunscrito, no primeiro momento, à capital do estado de São Paulo; posteriormente, observa-se o avanço para o interior e, por fim, em áreas longínquas como a região da fronteira entre o Paraguai e Brasil. Observa-se, então, que a compreensão dos componentes espaciais por parte dos atores envolvidos em atividade de compra e venda de entorpecentes ilegais torna-se primordial para o desenvolvimento das ações dos grupos.

Nessa seara, é imprescindível ressaltar que as organizações que atuam nesse setor, nos últimos anos, "têm se 'modernizado', operando à base de redes, com comandos descentralizados, com divisão social do trabalho para a execução de operações" (ADORNO, 2019, p. 38). As formas de execução das ações acontecem apoiadas no princípio da descontinuidade física da estrutura de comando, processo este que avança à medida que se desenvolve o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2001). Nesse sentido, podemos compreender que "a presença e expansão do crime organizado é um fenômeno inerente ao processo de globalização" (ADORNO; DIAS, 2019, p. 235. *tradução nossa*)³.

A evolução no sistema de comunicação e transporte propiciou o alargamento de estruturas reticulares com maior velocidade na relação espaço-tempo, característica que representa um dos alicerces para o reordenamento territorial do tráfico de drogas no Brasil. Dessa forma, a rede será um componente da própria territorialidade desta atividade, ou seja, um emaranhado de formas que se coligam, se

³ "The presence and expansion of organised crime is a phenomenon inherent to the process of globalisation".
Caminhos de Geografia Uberlândia v. 25, n. 98 Abril/2024 p. 92-103 Página 94

interpõem e pulverizam-se rapidamente por meio da maleabilidade existente no processo de formação e destruição dos territórios das facções.

O contexto histórico das facções no Rio Grande do Sul: a transformação do sistema prisional e a emergência de novos atores

A história das facções no Rio Grande do Sul acompanha, em termos originários, o formato dos principais grupos atuantes no tráfico de drogas brasileiros da atualidade, tendo como principal ponto de convergência o embrião dos coletivos no interior do sistema prisional. Segundo Dornelles (2008) e Cipriani (2016), foi o motim de 1987 que possibilitou a formação do primeiro grupo organizado no interior do sistema prisional do Rio Grande do Sul, autodenominado de Falange Gaúcha.

O contexto do surgimento e de suas derivações futuras seria centrado no discurso de união contra um sistema que os excluía, sendo esse o ponto basilar no estabelecimento de uma discursividade que conecta atores diversos e produz uma coesão interna (DIAS, 2011). Com a consolidação, estabeleceu-se um pacto social através de diretrizes organizativas (ainda que difusas) que possibilitaram a forma de atuação do coletivo.

Destaca-se que, na década de 1980 no estado, as facções tinham como principais atividades voltadas ao financiamento de suas ações, os furtos e roubos. Rivero (2020, p. 246) salienta que a crise econômica dos anos de 1980 foi acompanhada pelo aumento nos indicadores criminais no estado, o que promoveu a ascensão de grupos especializados em tais atividades: "As quadrilhas agiam nas ruas, enquanto presos se mobilizavam e organizavam dentro dos presídios".

Na década seguinte, observamos uma mudança no que tange à principal prática de arrecadação financeira das facções, ocorrendo a transposição dos furtos e roubos para o tráfico de drogas. Essa transformação traz consigo impactos significativos na forma de organização destes grupos, ganhando relevância a necessidade de territorializar-se, ou seja, projetar-se por meio de relações de poder no espaço, delimitando sua forma de atuação em determinados bairros e, posteriormente, municípios como um todo. Cipriani (2017), ao analisar a constituição dos coletivos criminais no município de Porto Alegre e seu entorno, demonstra que as transformações no sistema Produção-Atacado-Varejo (P-A-V) nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil ampliaram de maneira significativa as redes do tráfico no Rio Grande do Sul e impactaram no cotidiano da capital do estado.

A perspectiva mencionada vai ao encontro da ideia de que os discursos das facções no sistema prisional passaram a orientar os bairros, tendo em vista o grande fluxo de apenados que entram e saem do sistema. Em conjunto com o acirramento das disputas pelo domínio do varejo de drogas, inicia-se também uma mudança na estrutura do sistema prisional; frente à superlotação e às condições insalubres existentes, edifica-se uma situação caótica que acarreta uma série de motins e rebeliões veiculados diariamente pela mídia durante o final da década de 1980 e início de 1990.

Essa conjuntura torna a situação do Presídio Central de Porto Alegre (PCPA)⁴ insustentável, possibilitando o surgimento de um sistema de cogestão administrativa entre estado e apenados (RIVEIRO, 2020). Por conseguinte, a divisão do presídio e a sua organização foi deslocada em parte da administração pública às facções, as quais passariam controlar o cotidiano dentro das galerias. Esse rearranjo transforma o interior dos presídios em uma arena de disputas territoriais, a qual será exposta também nos mais diversos bairros da capital Porto Alegre.

Ao longo da década de 1990, as contradições internas na Falange Gaúcha culminam com sua ramificação em vários grupos. Derivado da Falange Gaúcha, no ano de 1996, surge no interior do PCPA a facção denominada Manos, a qual será considerada a maior organização criminosa no Rio Grande do Sul durante a referida década. Um dos principais pilares desse grupo seria o enfrentamento direto ao Estado, o qual seria considerado o responsável pela situação de insalubridade existente no cárcere.

Posteriormente, em 1997, originou-se a facção denominada Brasas também no interior do PCPA; o grupo surge por meio de um suposto acordo entre os apenados e o comando da Brigada Militar⁵ que controlava a direção do presídio. A autora Cipriani (2016) salienta que a proposição inicial seria que

⁴ Como terminologia, o estado do Rio Grande do Sul utiliza, atualmente, o nome Cadeia Pública de Porto Alegre.

⁵ A Brigada Militar, em termos jurídicos, corresponde à Polícia Militar do estado. Desde o ano de 1996, devido às inconstâncias existentes no PCPA, a Brigada Militar assumiu a administração do presídio, substituindo a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE).

um dos presos (com o apelido de Brasa) seria responsável por organizar os apenados no interior de uma galeria, mantendo o ambiente limpo e seguro; em contrapartida, o grupo teria autonomia na gestão do pavilhão. Na virada do século XX para o XXI, também consta a presença no PCPA do grupo Abertos, originado através de atores sociais que não coadunam com os ideais dos coletivos supracitados.

Assim, no final da década 1990, existiam ao menos três grupos estruturados no interior do sistema prisional gaúcho: os Manos, os Brasas e os Abertos. Além destes, há grupos menores vinculados aos bairros da capital (Facção Cruzeiro, Facção Conceição, Resvalo, Gangue dos Primeira, entre outros), o que denota uma série de disputas por galerias, pavilhões e do próprio tecido urbano na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e, posteriormente, municípios além deste recorte espacial.

Com destaque, no início do século XXI, salienta-se o surgimento de um dos principais grupos atuantes no estado, os Bala na Cara (BNC). Ao contrário dos grupos citados nos parágrafos anteriores, esse coletivo não possui origem no interior do sistema prisional, mas, sim, no espaço urbano, mais especificamente no bairro Bom Jesus do município de Porto Alegre. Como característica de atuação dessa facção, destacamos a rápida expansão territorial por meio do uso da força, dominando diversas localidades da capital do estado e de municípios do interior.

A importância e crescimento desse grupo reverbera também no sistema prisional por meio da concessão de um pavilhão no PCPA, garantindo prestígio no universo do crime e possibilitando recrutar mão de obra, o que aumenta sua força de influência dentro e fora das prisões. Os BNC passam a representar, na segunda década do século XXI, uma ameaça constante a grupos menores que ainda existem na RMPA; como resposta (ainda em construção), origina-se um agrupamento de facções em torno de um denominador comum: resistir aos BNC. Este grupo se intitula Anti-Bala ou V7 e se estrutura por meio de acordos entre diferentes atores criminais de menor expressão que objetivam proteger seus territórios: O grupo "se alicerçava em duas dimensões complementares: os interesses (territoriais e comerciais) e o discurso de reação às *covardias* dos Bala na Cara, os *toma bocas*" (CIPRIANI, 2019, p. 135).

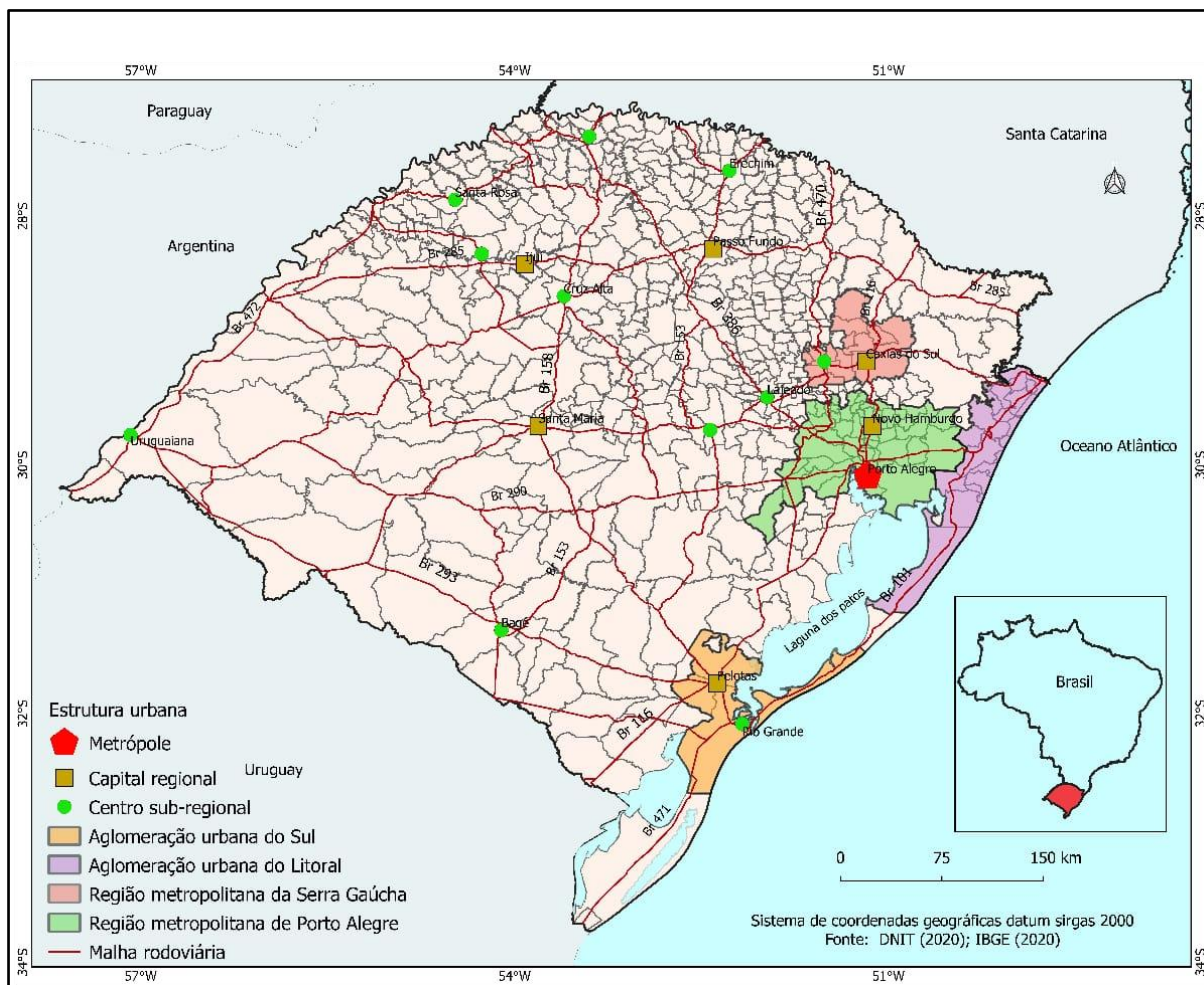
Por fim, na segunda década do século XXI e com expressão menor, ganha destaque a emergência de um grupo na porção sul do estado gaúcho: os Tauras. Essa facção, localizada no município de Pelotas, tem como gênese um processo organizativo derivado do conflito entre atores que disputavam o comércio de drogas no município correspondente. As disputas que transcorreram dentro e fora do sistema prisional levaram a expansão desse grupo na região sul, construindo uma hegemonia (em constante contestação) que se alastrou para municípios vizinhos.

A partir deste breve recorte analítico, podemos compreender que o comércio de ilícitos possui uma configuração de constantes disputas no século XXI no estado do Rio Grande do Sul, tendo como principais pivôs as facções originárias na RMPA. Alguns desses grupos buscam extrapolar suas áreas originárias e constroem estratégias múltiplas para se inserir em cidades de tamanho médio que se apresentam não somente como um mercado consumidor emergente, mas também como nós de um sistema que busca "garantir o controle das rotas e de tornar visível a supremacia de forças de cada um desses grupos diante do oponente" (CERQUEIRA; BUENO, 2020, p. 12).

A expansão das facções como estratégia de controle territorial no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul, localizado no extremo sul brasileiro, destaca-se historicamente como um mercado consumidor de entorpecentes ilícitos. Nesse universo, sobressai-se as suas regiões metropolitanas e capitais regionais, tendo em vista a concentração dos maiores aglomerados populacionais (figura 01).

Figura 01 - Estrutura e hierarquia urbana do Rio Grande do Sul.



Fonte - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Organizado pelos autores.

A estrutura urbana do estado está organizada tendo como pedra angular a metrópole regional Porto Alegre, a qual compõem o maior aglomerado populacional e apresenta-se como núcleo central de um recorte espacial que possui ao todo 34 municípios que somam aproximadamente 40% da população do Rio Grande do Sul.

O processo de formação da RMPA vincula-se a eixos de integração de sua metrópole com municípios menores (em termos populacionais) através de uma densa rede viária que possibilita uma rápida dispersão dos fluxos econômicos. No estado gaúcho, a formação de uma mancha que evidencia essa integração é representada por meio da relação entre a RMPA e a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG), esta última tendo como centralidade o município de Caxias do Sul.

Outras áreas também destacam-se na trama que compõe a rede urbana do estado, por exemplo: as aglomerações do Litoral Norte (principalmente os municípios Tramandaí e Torres); a Aglomeração urbana sul (com os polos regionais Pelotas e Rio Grande); Aglomeração urbana Lajeado-Estrela e Santa Cruz do Sul, as quais formam um arco perimetropolitano com a RMPA (SOARES; SCHNEIDER, 2012); as capitais regionais Passo Fundo e Ijuí no norte; a capital regional Santa Maria no centro do estado, e os centros sub-regionais de Bagé e Santana do Livramento no sul.

Dentro dessa teia, no que tange ao tráfico de drogas, retoma-se a importância das facções originadas na RMPA, as quais a partir de sua territorialidade central comandam grande parte da logística que envolve a distribuição dos entorpecentes ilegais no estado e, no contexto atual, avançam para

municípios que extrapolam seus limites originários. Esse processo vincula-se a um mercado consumidor de entorpecentes ilegais aquecido, em conjunto com a relevância que o tráfico de drogas ganhará na conjuntura do século XXI para estes grupos.

Conforme nos demonstram os dados disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública (SSP, 2020), há um acréscimo significativo no número de apreensões de drogas no estado, saltando de 6.262 (em 2009) para 12.532 (no ano de 2019). Ao encontro desses dados, o relatório desenvolvido pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul, exposto por Maia (2020), evidencia um aumento substancial na quantidade de drogas (em quilogramas) apreendida em todos os municípios gaúchos, destacando-se, respectivamente, a Maconha, a Cocaína e o Crack.

O aumento nesses indicadores configura o que os autores Oliveira e Martins (2014) definem como a primeira base da formação dos Mercados Transnacionais Ilícitos (MTI), tendo em vista que a adição na demanda por esses produtos tende a introduzir um elevado número de sujeitos responsáveis pelo processo logístico, ocorrendo uma maior articulação territorial e, por conseguinte, um aumento nos conflitos entre grupos que disputam essa atividade.

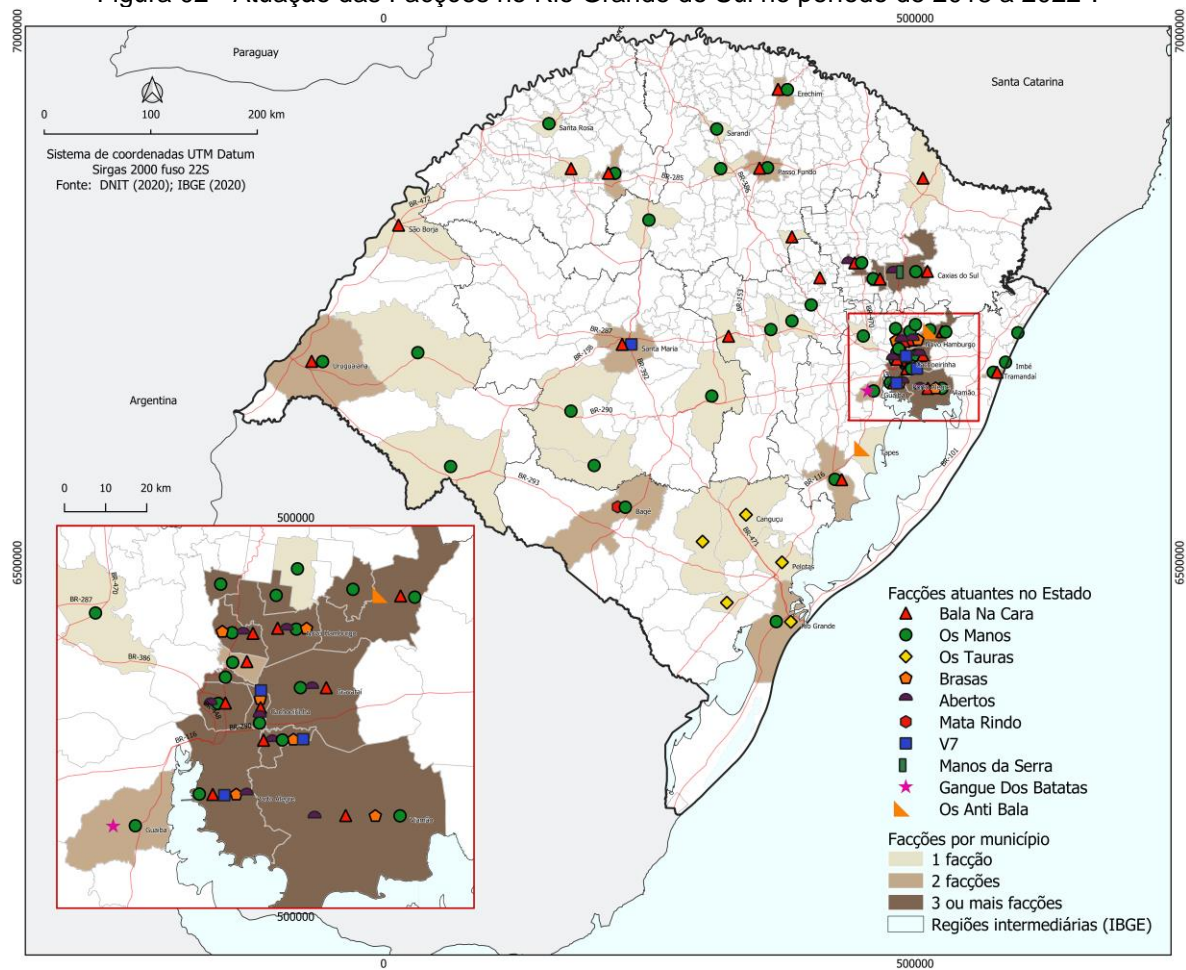
No Rio Grande do Sul, frente à necessidade logística de distribuição dos entorpecentes em todo o estado, observa-se um movimento de centralização dessa função, a qual será desempenhada principalmente pelos grupos criminais concentrados na RMPA, conforme análise de Cipriani (2019), e Duarte, Pinheiro e Queiroz (2022). Para estabelecer esse domínio, as facções estruturam estratégias para se inserirem nas duas pontas do processo P-A-V.

Na primeira frente (P-A), tornou-se necessário construir ligações com produtores e atacadistas na fronteira do Brasil com o Paraguai, visando vantagens competitivas para a distribuição no Rio Grande do Sul. Exemplo desta produção reticular pode ser demonstrada com base em operações policiais das agências especializadas em narcóticos brasileiras e paraguaias, as quais culminam com a prisão de membros ativos dos coletivos criminais provenientes do estado gaúcho. Ao encontro dessa perspectiva, cita-se a operação denominada Magna Ópera realizada pelo Denarc (2020), a qual indica que durante aproximadamente três décadas o coletivo criminal Os Manos organiza rotas internacionais do tráfico de drogas, armas, dinheiro, via Paraguai, Argentina e Uruguai.

Com a formação de estruturas reticulares voltadas ao abastecimento de entorpecentes no Sul, tornou-se necessário construir corredores e rotas para abastecer o mercado regional. Assim, como característica geral, o principal foco da distribuição dos entorpecentes está relacionado ao abastecimento da RMPA, RMSG e polos regionais. Essa análise vai ao encontro do III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o qual demonstra que o consumo dessas possui maior prevalência em áreas urbanas "metropolitanas, quando comparadas à não-metropolitanas; capitais, quando comparadas à não-capitais; e, municípios grandes, quando comparados a médios e pequenos - sendo que todas estas diferenças são estatisticamente significativas" (BASTOS, 2017, p. 114).

Com a estrutura reticular de corredores e rotas pré-estabelecidos, algumas facções no início do século XXI buscam alastrar suas áreas de domínio não somente por meio do controle sobre o atacado, mas também estendendo seus tentáculos para o varejo regional, ganhando destaque sua expansão para diversos municípios do Rio Grande do Sul (figura 02).

Figura 02 - Atuação das Facções no Rio Grande do Sul no período de 2018 a 2022⁶.



Fonte - Elaboração própria, com base em dados de jornais e relatórios de pesquisa, 2022.

Conforme podemos observar na figura 02, do total de municípios com população estimada superior a cinquenta mil habitantes, todos observam a inserção/ação de facções originárias da RMPA. Dentro desse processo, nota-se uma preponderância territorial de alguns grupos como os Manos, os quais possuem atividades em mais de noventa por cento dos municípios analisados. Conforme salienta Cipriani (2019), entre todas as facções existentes no Rio Grande do Sul, essa em especial possui uma clara tentativa de constituir-se enquanto pessoa jurídica, extrapolando o interesse individual de um integrante específico.

Na esteira desse movimento expansionista, salienta-se também o significativo avanço da facção Bala na Cara, representando a segunda maior força do estado, em termos de ações, fora de sua área original. Após, de forma esparsa, observamos atividades de outros grupos como os Brasas, Os Abertos, os V7, os Manos da Serra, os Tauras, e os Mata Rindo. Importante destacar que as áreas com maior intensidade de conflitos ainda se circunscrevem às Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e Serra Gaúcha, principalmente aos municípios com maior dinâmica populacional e econômica. Contudo, é interessante observarmos a inserção de atores em áreas longínquas como na porção noroeste, na região central, na fronteira com o Uruguai e Argentina e no litoral norte e sul.

No que tange à forma como será construída o processo de expansão territorial das facções no estado, salientamos que as ações são cambiáveis, perpassando desde ameaça, imposição pela força, até a

⁶ A distribuição dos símbolos que representam as facções na figura 02 tem como base menção ao grupo (nas reportagens analisadas) em alguma ação/atividade realizada. Como forma de inserção do símbolo, utilizou-se o centróide de cada localidade; no caso de mais de um grupo atuante no mesmo recorte espacial, deslocou-se os símbolos com base no centro de cada município.

negociação/argumentação (CIPRIANI, 2017). Nesse sentido, como forma de avanço para os municípios fora de suas áreas originárias, identificamos no levantamento da pesquisa três estratégias utilizadas pelos grupos no processo de expansão territorial: a faccionalização, a negociação e o conflito direto. Salientamos que as estratégias elencadas não objetivam esgotar a forma como os grupos criminais se relacionam e muito menos afirmar que elas são excludentes, tendo em vista que em muitos casos todas ocorrem no mesmo espaço-tempo.

A primeira estratégia levantada na pesquisa representa a faccionalização (ou partidarização) de pequenos grupos do interior do estado pelas facções oriundas da RMPA. Biondi (2010, p. 40) analisa que esse movimento é um importante instrumento diplomático para a aliança com os pares, mas também um poderoso armamento para o embate contra os inimigos. Os interesses para que ocorra esse processo são diversos e relacionam-se tanto à facilidade no acesso a armamentos, drogas, munição, mas também no conjunto simbólico atrelado à representação do poder.

Como amostra desse movimento, citamos a reportagem de Bifano e Tavares (2018), a qual atesta a manifestação dessa característica em alguns municípios do litoral norte do estado: "Em Tramandaí, os grupos locais trouxeram as quadrilhas da Capital para dar cabo dos concorrentes no município", afirma em depoimento um dos delegados da polícia civil que comanda operações na região. Outro caso que valida essa particularidade ocorreu no município de Carlos Barbosa (pertencente a RMSG) a partir da prisão do responsável pela distribuição das drogas nesta localidade que, de acordo com Vicari (2021), era filiado ao grupo os Manos. Importante destacar que no cenário da Porção sul do estado, o processo de faccionalização também foi percebido por meio das ações do grupo Taurus, originário de Pelotas, que se expande atualmente para municípios do entorno da região, angariando novos membros.

A segunda forma centra-se na negociação dos grupos maiores com coletivos criminais sedimentados no mercado local/regional, sobressaltando-se, como exemplo, a facção Taurus da região Sul. A existência de grupos que possuem uma coluna vertebral de estruturação bem delimitada no domínio do varejo dificulta, em certa medida, a entrada de facções oriundas de outras localidades. O estabelecimento de uma ordem de poder enraizada e com atores locais aptos a lutar pelo controle territorial edifica muros, os quais para serem derrubados exigirão um desgaste elevado (armas, munições, membros etc.) do grupo que deseja controlar o varejo. Como alternativa, emerge a construção de acordos e a fixação dos grupos maiores como atacadistas, permitindo a manutenção do controle da venda direta de drogas pelos atores locais sem a necessidade de filiação direta.

Chies e Rivero (2019) analisam que na região sul do estado, no município de Pelotas, o coletivo Taurus comanda a maior ala do Presídio Regional de Pelotas e o varejo de drogas regional. Essa hegemonia (ainda que conflituosa devido à existência de grupos menores que disputam o mercado) produziu acordos com atores com maior poder de influência no estado, principalmente Os Manos, possibilitando o abastecimento sem a necessidade de uma guerra a céu aberto entre os grupos (IRION; COSTA, 2018).

Todavia, as negociações podem provocar conflitos de interesses, o que culminam com a última estratégia encontrada na pesquisa: o conflito direto. O embate ocorre em decorrência de múltiplos fatores, como as variações intempestivas do processo de filiação, o não cumprimento de pactos (principalmente no que tange a pagamentos), a tentativa de substituição de lideranças por grupos externos, a importância do município na cadeia logística de distribuição dos entorpecentes, entre outros motivos possíveis.

Conforme reportagem disponibilizada pela Polícia Civil⁷, as estratégias de expansão das facções no estado demonstram que "um dos métodos de crescimento territorial é [...] "tomar cidades" e eliminar a concorrência, captando os traficantes locais para integrarem a organização criminosa, ou, caso haja resistência, eliminando-os e colocando membros da facção para assumir os pontos de vendas de drogas".

Ilustra-se essa perspectiva com alguns exemplos analisados na pesquisa como os conflitos na RMSG no município de Farroupilha (LOPES, 2022); o embate existente na região sul no município de São José do Norte (KERVALT, 2017; CHIES; RIVERO, 2019); a disputa no litoral norte do estado em Tramandaí e Capão da Canoa (BIFANO; TAVARES, 2018); os conflitos na região central, no município

⁷ Disponível em: <https://www.pc.rs.gov.br/policia-civil-desarticula-organizacao-criminosa-que-objetivava-ter-o-monopolio-do-trafico-de-drogas-e-do-contrabando-de-cigarros>. Acesso: dia 10/03/2022.

de Santa Maria (TORRES, 2017); e no Norte do Rio Grande do Sul na cidade de Passo Fundo e entorno (DAL CHIAVON; SCHULTZ, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tráfico de drogas é uma atividade que se estrutura integrando múltiplas escalas que atravessam toda a cadeia que envolve a produção, o atacado e o varejo de entorpecentes. Nesse sentido, nota-se que algumas facções envolvidas com essa atividade constroem estratégias variadas para manter seus domínios territoriais e se expandir para novas áreas.

A partir dessa perspectiva, durante pesquisa, podemos compreender que existem múltiplas formas de expansão territorial em curso em diversos municípios do Rio Grande do Sul, as quais manifestam-se diretamente no tecido urbano de diversas localidades. Perante a isso, apontamos que a formação e consolidação das facções no estado vinculam-se ao sistema prisional gaúcho do final do século XX e início do XXI, desenvolvendo um processo de disputas territoriais dentro e fora dos muros das prisões.

Ademais, analisamos que a transposição de uma economia do crime centrada em furtos e roubos para o tráfico de drogas produziu mudanças significativas na lógica de atuação desses grupos, os quais buscaram, em alguns casos, construir pontes com atacadistas para abastecer o estado gaúcho. Com a estrutura reticular estabelecida (mesmo que cambiável) foi possível constatar a existência de um movimento de coletivos criminais em busca do domínio do varejo tanto na RMPA como também nos polos regionais do estado. Dessa maneira, mediante análise dos dados da pesquisa, apontamos três estratégias que demonstram esse movimento: a primeira é representada pela faccionalização de grupos menores responsáveis pelo varejo local em troca de suporte (armas, munição, drogas, proteção etc.); a segunda, mediante negociação com coletivos criminais menores consolidados e que dominam a cena do crime regional, e o último modo operacional que é centrado no conflito direto pelo domínio territorial nestas localidades.

Portanto, como resultados, podemos compreender que há no estado um processo de expansão territorial das facções ligadas a RMPA para municípios que estão além de suas áreas originais, os quais representam não somente um mercado consumidor emergente, mas também pontos de controle logísticos da distribuição dos entorpecentes. Ademais, apontamos que o componente territorial se transforma em um elemento central neste processo, o qual está atrelado a um domínio descontínuo (em termos espaciais), todavia, fortemente integrado de forma reticular pelos grupos atuantes nessa atividade no estado gaúcho.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. de. **Cocaína: A rota caipira**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017.
- ADORNO, S.; DIAS, C.N. Brazil: Organised crime, corruption and urban violence. In: **Handbook of Organised Crime and Politics**. UK, Edward Elgar Publishing Limited. 2019.
- ADORNO, S. Fluxo de operações do crime organizado: questões conceituais e metodológicas. **Revista Brasileira de Sociologia**, SBS, V. 07, N. 17, p. 33-54, 2019.
<https://doi.org/10.4337/9781786434579.00025>
- ALMEIDA, L.N. et al. (Org.). **Subsistemas fronteiriços do Brasil: mercados ilegais e violência**. – Rio de Janeiro: Gramma, 2017.
- BASTOS, F.I.P.M. et al. (Org.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017. 528 p. 2017.
- BIFANO, C.; TAVARES, P. Facções se expandem para o Litoral Norte levando violência e medo à população. **Correio do Povo**. 2018. Disponível em:
<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/fac%C3%A7%C3%B5es-se-expandem-para-o-litoral-norte-levando-viol%C3%AAncia-e-medo-%C3%A0-popula%C3%A7%C3%A3o-1.259574>. Acesso em: 17/06/2021.
- BIONDI, K. **Junto e misturado: uma etnografia do PCC**. São Paulo: Terceiro Nome, 2010. 245 p.

- BRIGHT, D.A.; DELANEY, J.J. Evolution of a drug trafficking network: Mapping changes in network structure and function across time. **Global Crime**, 14:2-3, 238-260. 2013. <https://doi.org/10.1080/17440572.2013.787927>
- CERQUEIRA, D.; BUENO, S. (Coord.). **Atlas da violência 2020**. Brasília: Ipea; FBSP, 2020. <https://doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2020>
- CHIES, L.A.B.; RIVERO, S.M. Facções e cena criminal na Zona Sul do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Sociologia**, V. 07, N. 17, p. 155-183, 2019.
- COUTO, A.C.; DE SOUZA OLIVEIRA, I. A geografia do narcotráfico na Amazônia. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 3, n. 1, p. 52-64, 2017. <https://doi.org/10.5433/got.2017.v3.31774>
- CIPRIANI, M. **Os coletivos criminais de Porto Alegre entre a "paz" na prisão e a guerra na rua**. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS. 2019.
- CIPRIANI, M. Segregação sócio-espacial e territorialidades do tráfico de drogas: as "facções criminais" diante do espaço urbano. **Revista Conversas e Controvérsias**, Porto Alegre, vol.3, n.2, 2017.
- CIPRIANI, M. Da "Falange Gaúcha" aos "Bala nos Bala": a emergência das "facções criminais" em Porto Alegre/RS e sua manifestação atual. **Direito e Democracia**, v.17, n.1, 2016.
- DAL CHIAVON, A.; SCHULTZ, N. **DIARIO DA MANHA**. 2019 Disponível em: <https://diariodamanha.com/noticias/policia-confirma-presenca-de-faccao-na-regiao/>. Acesso em 15/10/2021.
- HEBER, A. The networks of drug offenders. **Trends in Organized Crime**, v. 12, n. 1, p. 1-20, 2009. <https://doi.org/10.1007/s12117-008-9055-8>
- DIAS, C.N. **Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- DORNELLES, R. **Falange Gaúcha: O presídio central e a história do crime organizado no RS**. Porto Alegre: Zero Hora Editora, 2008.
- DUARTE, T. S.; SANTOS PINHEIRO, R. .; LOURENCE KILA DE QUEIROZ, A. **Tráfico de drogas e territórios-rede: uma análise dos fluxos de entorpecentes ilícitos para o estado do Rio Grande do Sul** . Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 42, n. 01, 2022. <https://doi.org/10.5216/bgg.v42.69861>
- IRION, A.; COSTA, J.L. Quem são os 17 líderes de facções que podem retornar ao RS. **GAÚCHAZH**, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/07/quem-sao-os-17-lideres-de-faccoes-que-podem-retornar-ao-rs-cjjev4rx40pkz01qoy70njsx.html>. Acesso em 17/06/2021.
- KENNEY, M. **From Pablo to Osama: trafficking and terrorist networks, government bureaucracies, and competitive adaptation**. The Pennsylvania State University Press – University Park, Pennsylvania. 2007. <https://doi.org/10.1515/9780271033167>
- KERVALT, M. Entenda o que está por trás da onda de violência em São José do Norte. **GAÚCHAZH**, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/05/entenda-o-que-esta-por-tras-da-onda-de-violencia-em-sao-jose-do-norte-9792129.html>. Acesso em 17/06/2021.
- MAIA, G. Cresce a quantidade de drogas apreendidas pela BM nos últimos anos . Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/cresce-a-quantidade-de-drogas-apreendidas-pela-bm-nos-ultimos-anos>. Acesso em 25/08/2021.
- MACHADO, L.O Espaços Transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança. In: **Fundação Alexandre de Gusmão/Ministério das Relações Exteriores. Geopolítica das Drogas**. Textos Acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, v. 1, p. 97-117.
- MACHADO, L.O. Tráfico de drogas ilícitas y territorio: el caso de Brasil. In: **La economía de las drogas ilícitas. Escenarios de conflictos y derechos humanos**. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2009. p. 73-85.

MACHADO, L.O. Região, cidades e redes ilegais. Geografias alternativas na Amazônia Sul-americana. In: GONÇALVES, M.F.; BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A.C. (org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões. O desafio urbano-regional**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003, p.695-707.

MACHADO, L.O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 9-29, 2000.

MANSO, B.P.; DIAS, C.N. **A Guerra, a - Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil**. 1 ed. – São Paulo: Todavia, 2018.

GEMELLI, V.; SOUZA, E.B.C. A fronteira da ilegalidade: Brasil e Paraguai no cenário das redes das drogas ilícitas. **Revista da ANPEGE**, v. 8, p. 109-121, 2012.
<https://doi.org/10.5418/RA2012.0810.0007>

OLIVEIRA, E.; MARTINS, J. Globalização e mercados transnacionais ilícitos na América Latina. **Conexão Política**, v. 3, n. 2, p. 11-26, 2014.

RIVERO, S.M. A história do Presídio Central e suas relações com as origens das facções. **O Público e o Privado**, v. 18, n. 36, 2020.

TORRES, E. Como as facções criminosas avançam pelo interior do RS. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/06/como-as-faccoes-criminosas-avancam-pelo-interior-do-rs-9818009.html>. Acesso em 30/06/2021.

SOARES, P R. R.; SCHNEIDER, L. P. (2012) **Notas sobre a desconcentração metropolitana no Rio Grande do Sul**. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 39, p. 113-28.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SECRETARIA de Segurança Pública: Indicadores Criminais. Rio Grande do Sul, 20 abr. 2022. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SOUZA, M.L.de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. 5 ed. – Rio De Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SOUZA, M.L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116, 1995.

STEIMAN, R. Tendências atuais de abordagem do narcotráfico. **Boletim Drogas e Violência no Campo**, nº 03, 2006.

VICARI, F. Após investigação por tráfico, duas mulheres são presas em Carlos Barbosa. **LEOUVE**. 2021. Disponível em: <https://leouve.com.br/ultimas/apos-investigacao-por-trafico-duas-mulheres-sao-presas-em-carlos-barbosa>. Acesso em: 17/06/2021.

Recebido em: 25/05/2023

Aceito para publicação em: 09/08/2023